

## Política liberal americana: uma redefinição

*American liberal politics: a redefinition*

---

### Ana Luiza Silva de Castro

Formada em Jornalismo pela UERJ, é Especialista em Jornalismo Cultural também pela UERJ e mestranda bolsista do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Comunicação e Estéticas da Escola de Comunicação da UFRJ.

### Dérika Correia Virgulino de Medeiros

Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Vinculada ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ).

### RESUMO

A presente resenha tem como objetivo discutir o livro 'O progressista de ontem e o do amanhã', escrito por Mark Lilla, professor da Universidade de Columbia, Estados Unidos. Nele, o autor avalia que os liberais progressistas abdicaram de disputar o imaginário dos norte-americanos. Ele sustenta a tese de que o envolvimento dos liberais com a política identitária reforçou o individualismo, afastando-os ao mesmo tempo da disputa eleitoral e do sentido de cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liberais; Roosevelt, Reagan; Política identitária; Cidadania.

Mark Lilla é cientista político e historiador, sendo também professor de humanidades na Universidade de Columbia, Estados Unidos. O tema de *O progressista de ontem e o do amanhã* é a responsabilidade parcial dos liberais americanos na eleição de Donald Trump, como isso se deu e possíveis caminhos

para um futuro de políticas democratas mais acertadas. O livro visa convencer os liberais a retomar a visão americana de futuro e objetiva reiterar a importância de vencer eleições em todos os níveis de poder. A primeira versão do livro, em inglês, é de 2017, um ano após a eleição de Trump, a quem Lilla descreve, acertadamente, como demagogo, racista e misógino. O livro é dividido em quatro partes: Introdução, Capítulo Um (Antipolítica), Capítulo Dois (Pseudopolítica) e Capítulo Três (Política).

Na introdução, Lilla expõe sua argumentação sobre como, para ele, os liberais americanos de certa forma contribuíram para a eleição do candidato de direita, Donald Trump. Isso se deu por causa da preferência do partido democrata por políticas identitárias, focadas em minorias, em vez de prestar atenção ao quadro maior da população americana. Não é que tais grupos não necessitem de cuidados diferenciados, a questão é que os Estados Unidos são uma república federativa, de modo que os estados possuem grande poder. Não adianta o presidente ser pró-escolha, se o governador do Texas é anti-aborto. Dessa forma, ao segmentar o público em pequenos nichos, o partido democrata perdeu o contato com o restante dos eleitores americanos, deixando margem para a vitória republicana.

Lilla defende, portanto, que a abdicação liberal de construir uma imagem comum de como os Estados Unidos poderia ser começou na era Reagan. Para ele, a história política do último século se divide em duas “dispensações”: a primeira, a Dispensação Roosevelt, que se estende do *New Deal* aos anos 1960, e a segunda, a Dispensação Reagan, que teve início nos anos 1980, chegando a uma conclusão com o populismo do governo de Donald Trump. Porém, para Lilla (2018), os dogmas desta última ainda se mantêm presentes no contexto atual.

O autor explica, no primeiro capítulo, Antipolítica, que as duas dispensações surgiram de realidades sociais distintas. A primeira, erguida entre o período do pós-Segunda Guerra e a grande depressão, uniu o país. Nesse contexto, os cidadãos

compartilhavam dificuldades e a necessidade de se reerguerem e de se protegerem mutuamente. Existia, portanto, um forte sentimento de solidariedade e de comunhão. O período também coincidiu com a massificação dos veículos de comunicação, contribuindo para a disseminação da visão de Roosevelt. Imagens sobre injustiças sociais, americanos trabalhando juntos, cidadãos de braços dados, construiriam uma imagem de esperança e patriotismo no país.

No entanto, acontecimentos como a Guerra do Vietnã, o caso Watergate, e as condições da economia, puseram em xeque as ações governamentais. Além disso, o catecismo político da Dispensação Roosevelt foi se tornando rígido diante das mudanças iniciadas nos 60 e 70, abrindo caminho para Reagan.

A visão política de Roosevelt já não cativava a sociedade relativamente rica, hiperindividualizada e suburbanizada em que os Estados Unidos se transformaram. Americanos já não sentiam que precisavam uns dos outros, ou que deviam tanto uns aos outros. E então Reagan lhes ofereceu um conceito novo e antipolítico da boa vida (Lilla, 2018, p. 35).

A ideia de boa vida de Reagan se baseava nas conquistas individuais. Como enfatiza Lilla, o herói americano construído nesse período era o Empreendedor, cujo poder estava na capacidade criativa de alcançar o que se almejava, sem tantas exigências morais.

O título do capítulo se deve, portanto, ao modo como se deu o governo Reagan, que conseguiu captar a atmosfera na qual os desejos e necessidades individuais eram mais importantes do que o bem comum, trabalhando em cima do egocentrismo e do hiperindividualismo da sociedade burguesa à época.

Mas já nos anos 1980, o que Lilla (2018) chamou de radicalização do reganismo o afastou da realidade. Apesar disso, e da passagem por governos como de Barack Obama, os liberais progressistas não conseguiram recapturar o imaginário americano, deixando a porta aberta para que “demagogos populistas”

fizessem uso de dogmas do reaganismo para explorar a indignação pública. E essa é a crítica que o historiador faz no segundo capítulo, Pseudopolítica.

Nele, Lilla critica o fato de os liberais ao invés de se voltarem para o objetivo de ganhar eleições “em todos os níveis de governo e em cada região do país” (Lilla, 2018, p. 50), terem se entrincheirado nas universidades, voltados para si mesmos, se perdendo na pseudopolítica identitária. Assim, durante os anos 1970 e 1980 houve uma mudança de perspectiva política por parte dos liberais, e a atenção passou a se concentrar menos nos americanos como cidadãos e mais na identificação com os diferentes grupos sociais. Para o autor, isso permitiu um deslocamento do interesse pelo que havia em comum para o que havia de diferente. A atenção dada a si mesmo e aos grupos dos quais os liberais identitários fazem parte ou se identificam, na visão de Lilla, implica no desprezo pela democracia, pois os afastam da convivência com pessoas diferentes.

Enquanto a retórica antipolítica da Dispensação Reagan era voltada para o “indivíduo que produz e luta por lucro” a retórica pseudopolítica da Nova Esquerda focava o “indivíduo senciente e sua luta por reconhecimento” (Lilla, 2018, p. 65), ou seja, ambas se preocupam mais com a parte do que com o todo. Por isso que o autor afirma que “identidade é reaganismo para esquerdistas” (Lilla, 2018, p. 78). A política implica se voltar para o mundo e não para o narcisismo pessoal.

Ele enfatiza que, em meados dos anos 70, os movimentos já atuavam fora dos partidos e das instituições políticas. Afinal, naquele contexto, o primeiro passo para a atuação política consistia mais em encontrar um grupo com o qual se identificar, ou seja, que tivesse algum significado individual, do que ingressar em um partido político.

As forças que atuam na política partidária saudável são centrípetas: estimulam a aglutinação de facções e interesses para

planejar objetivos e estratégias compartilhados. Forçam todo mundo a pensar, ou pelo menos falar, sobre o bem comum. Na política dos movimentos, as forças são todas centrífugas, incentivando a divisão em facções cada vez menores, obcecadas com problemas exclusivos e praticando rituais de suposta superioridade ideológica (Lilla, 2018, p. 64).

Lilla acredita que esse desinteresse pela política partidária e até mesmo pelos preceitos democráticos, que implicam em lidar com o diferente, acabou por reforçar a retórica antipolítica construída na Dispensação Reagan. Desse modo, embora o autor reconheça que a aproximação com as questões identitárias dentro das universidades tenha ampliado o escopo de investigação das disciplinas acadêmicas, por outro lado, “alimentou uma obsessiva fascinação com as margens da sociedade, de tal maneira que os estudantes acabavam formando uma imagem distorcida da história e do seu país no momento presente” (Lilla, 2018, p. 69).

Dentro dessa perspectiva quanto mais se assimila a mentalidade identitária, mais desconfiados os alunos ficam da palavra “nós”, o que começa a pôr em dúvida a realidade dos grupos aos quais julgam pertencer. Como exemplo, ele cita o caso das mulheres que, em uma geração anterior, aprenderam que enquanto grupo merecem ter uma perspectiva distinta de necessidades que precisam ser reconhecidas. Porém, atualmente, a noção identitária disseminada ensina que não se podem fazer generalizações sobre mulheres, tendo em vista que suas experiências são particulares e dependem de condicionantes como raça, preferências sexuais, entre outros aspectos.

Para Lilla (2018), esse cenário indica que, enquanto na Dispensação Roosevelt a identidade política era reconhecida pela mobilização por direitos igualitários, atualmente, a “identidade Facebook” se volta totalmente para o Eu. Facebook porque, assim como nesta rede, as pessoas estão preocupadas em construir uma marca pessoal, olhando cada vez mais para dentro de si mesmas.

Por esta razão, segundo ele, muitos progressistas criticam que a retórica da identidade havia expulsado a noção de classe social dos círculos da política.

No terceiro capítulo, Política, o cientista político ratifica a diferença entre as ideias liberais da Dispensação Roosevelt, como justiça e solidariedade, em relação aos dos liberais identitários, cuja política de movimentos fortalece a atomização social. Assim, sem uma visão de futuro, o país foi empurrado para o governo Trump. Os americanos ansiavam por outro tom no discurso, o que os levaram a aplaudir falas racistas, xenofóbicas, e misóginas do governo.

Portanto, como lição retirada desse cenário o autor propõe algumas prioridades para a política liberal:

A prioridade da política institucional sobre a política de movimentos; a prioridade da persuasão democrática sobre a autoexpressão sem propósito; e a prioridade da cidadania sobre a identidade grupal ou pessoal. A quarta está relacionada à necessidade urgente de educação cívica num país cada vez mais individualista e atomizado (Lilla, 2018, p. 83).

Para ele, o maior problema da política de movimentos é que “qualquer coisa obtida por meio da política de movimentos pode ser desfeita por meio da política institucional” (Lilla, 2018, p. 87), de maneira que a prioridade número um dos liberais, caso de fato queiram proteger as minorias, deve ser vencer eleições. Os liberais identitários têm dificuldade em lidar com pessoas que pensam diferentes, o que os distancia do *demos*, sendo que é justamente esse *demos* que possui o poder de votar em candidatos capazes de lutar pelos direitos das minorias.

Para levar o povo a isso, é necessário ter em mente a importância de convencer e de persuadir quem pensa diferente, sendo preciso, portanto, colocar-se em posição de igualdade para com os outros. A única característica comum a todos os americanos, democratas ou republicanos, é a cidadania. É nisso que se deve focar, nos direitos e deveres que os cidadãos têm uns para com os outros, para o bem geral. Assim, para que os liberais tenham chance de vencer as próximas

eleições, é imprescindível que se deixe para trás a política identitária de movimentos e que se tenha como base a cidadania, com os olhos voltados para o amanhã.

Ele defende que o conceito de cidadania seja uma importante arma contra o dogma do reaganismo, pois, apesar das diferenças de cor, sexo, orientação sexual, é a única perspectiva que pode ser compartilhada, pois está amparada em direitos que qualquer norte-americano pode chamar de seu.

Portanto, Lilla chega ao final do livro ressaltando que, embora tenha sido severo nos seus argumentos contrários à perspectiva dos liberais identitários, não foi sem razão. Afinal, segundo ele, a pedagogia liberal com foco na identidade, no atual contexto, é uma força de despolitização.

A perspectiva do autor pode trazer luz ao próprio contexto eleitoral brasileiro de 2018, que elevou Jair Bolsonaro à presidência da República. Nesse processo, apesar dos discursos misóginos do então candidato, por exemplo, o maior número de votos que recebeu veio do eleitorado feminino. Como ressalta Gomes (2020), em artigo em que estabelece diálogo entre Mark Lilla e Francis Fukuyama, esse contexto pode apontar para a necessidade de se repensar os discursos e estratégias das ações identitárias como defende Lilla.

Por outro lado, apesar de categórico quanto a indispensável retirada de cena do liberalismo identitário para que a cidadania torne-se novamente o centro do debate político, com vistas ao processo eleitoral, é importante destacar que trazer os grupos que estão à margem, após séculos de apagamento para dentro da disputa política, também é uma forma de ampliar o próprio sentido de cidadania. Gomes (2020) argumenta também que mesmo com a aposta de Lilla de pôr fim a essa era identitária, é possível “contra argumentar que essa ‘era’ é muito menor, em termos de espaço temporal, do que as incontáveis eras de desrespeito às minorias e diversidade” (p.101).

A escolha de Lilla no que tange ao modo como decidiu se dirigir aos seus companheiros democratas, severa e criticamente, pode ser um fator que afaste seus colegas de partido, fazendo-os adotar uma postura defensiva ao invés de considerar de mente aberta a argumentação do autor. Mas, a despeito desses aspectos, a qualidade da obra é indiscutível e é de fundamental importância por apresentar uma autocrítica lúcida e objetiva. Além disso, o autor mostra repetidamente sua preocupação com os grupos minoritários, com a segurança deles e com a necessidade de o país ter políticas de assistência para esse público. Mas ele é pragmático: para isso, é preciso “reter o poder” (Lilla, 2019).

### Referências bibliográficas

GOMES, Jorge Henrique Oliveira de Souza, Políticas Identitárias – um diálogo com as críticas de Francis Fukuyama e Mark Lilla. In **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v.8, n.1, pp.91-107, 2020.

LILLA, Mark. **Mark Lilla**. São Paulo, 2019. Entrevista proferida no Roda Viva. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2019/03/27/o-progressista-de-ontem-e-o-do-amanha-desafios-da-democracia-liberal-no-mundo-pos-politicas-identitarias/>>. Acesso em: 24/05/21.

LILLA, Mark. **O Progressista de Ontem e o do Amanhã**: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.